



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA**  
**Ata da 97ª reunião, realizada em 28 de junho de 2016**

1 Em 28 de junho de 2016, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional  
2 Colegiada do Rio Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de  
3 Política Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram  
4 os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas,  
5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Jane Terezinha  
6 da Costa Pereira Leal, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (Seapa); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de  
8 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Paulo Emílio Guimarães  
9 Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana  
10 e Gestão Metropolitana (Sedru); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de  
11 Minas Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de  
12 Justiça (PGJ); Ubaldina Maria da Costa Isaac, do Instituto Brasileiro do Meio  
13 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Nicolaas Leonardus  
14 Maria de Knecht, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);  
15 Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM);  
16 Denes Martins da Costa Lott, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
17 Paraopeba (CBH Paraopeba). Representantes da sociedade civil: Paula  
18 Meireles Aguiar e João Eustáquio Beraldo Teixeira, da Federação das  
19 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira,  
20 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);  
21 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na  
22 Agricultura do Estado de Minas (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da  
23 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas  
24 Gerais (Federaminas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato da  
25 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Alírio Ferreira  
26 Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas  
27 Gerais (Crea-MG); Marco Antônio da Silva, da Associação Regional de  
28 Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e Vale do Piranga (Arpa); Geraldo  
29 Antunes da Conceição, do Instituto Ekos; Amaro Bossi Queiroz, da Pontifícia  
30 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Sulamita Moreira  
31 Fernandes, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de  
32 Brumadinho (Codema). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**  
33 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
34 **ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas declarou aberta a 97ª reunião da  
35 Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba. **3) COMUNICADOS DOS**  
36 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente André Luis Ruas:  
37 “Antes de abrir a palavra aos senhores conselheiros, eu gostaria de dar boas-

38 vindas. Nós temos um novo conselheiro tomando posse hoje, o doutor Denes  
39 Martins da Costa Lott, representando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
40 Paraopeba. Ele é o segundo suplente. Então eu gostaria de dar muito boas-  
41 vindas ao doutor Denes e desejar bons trabalhos.” Conselheiro Francisco de  
42 Assis Lafetá Couto: “Eu tive a oportunidade de entregar em mãos a cada  
43 conselheiro o livro da Serra da Moeda, que é fruto de um termo de  
44 compromisso entre a Gerdau e o Ministério Público, tendo a SEMAD como  
45 interveniente. Nós achamos que esse livro ficou muito bacana, muito útil. Nós  
46 falamos muito de Serra de Moeda, mas às vezes esquecemos do porquê e  
47 não conhecemos a história de Moeda. Eu tenho certeza de que vocês vão se  
48 deliciar com a leitura desse livro.” Conselheiro Marco Antônio da Silva: “A  
49 minha manifestação aqui é fruto de uma observação que vem sendo feita  
50 durante esse período grevista, de atendimento precário e de demora nas  
51 decisões. A minha proposta aqui é que todo trabalho do Conselho seja  
52 suspenso até que o governo se manifeste, se movimente dessa inércia dele.  
53 Não adianta o Conselho ficar dando solução a problemas pontuais, enquanto  
54 no contexto geral a situação é bem precária. É preciso que a Secretaria  
55 funcione. Então a proposta para os conselheiros é que, a partir de agora, nós  
56 suspendamos todos os trabalhos até que seja dada solução, pelo governo, a  
57 essa situação do movimento grevista.” Conselheiro Geraldo Antunes da  
58 Conceição: “A manifestação é para reconhecer a importância do companheiro  
59 Denes em fazer parte desta mesa, dando a ele boas-vindas. Que ele possa  
60 enriquecer mais o conteúdo deste Conselho. E quanto ao meu colega Marco  
61 Antônio, eu também faço das palavras deles as minhas. Nós respeitamos o  
62 movimento grevista, apoiamos, sabemos da necessidade, mas nós  
63 precisamos ter uma posição. O Conselho está praticamente ocioso,  
64 precisando dar respostas que a sociedade nos cobra e fazer com que nós  
65 possamos trabalhar mais processos em pauta. É lógico, nós temos que  
66 acompanhar também o desenrolar do processo grevista, mas, quando isso se  
67 resolver, dar mais celeridade para votarmos. E outro ponto é com relação à  
68 publicação de edital para a composição das Câmaras Técnicas ou Câmaras  
69 Temáticas da nova lei. Isso até então – eu faço até uma pergunta ao senhor  
70 presidente – continua sem publicação. É importante trazer alguns pontos para  
71 esta mesa, até para que possa esclarecer aos colegas que fazem parte desse  
72 setor, para que nós não sejamos surpreendidos, respeitando, claro, com  
73 certeza, aquelas entidades que fazem presença, que estão aqui apoiando no  
74 dia a dia. Então o nosso pedido é no sentido de que se tragam algumas falas  
75 com relação a esse andamento, E claramente o repúdio à saída do MP da  
76 composição dessas Câmaras Temáticas, o que já foi bem claro e específico e  
77 nós reiteramos mais uma vez.” Presidente André Luis Ruas: “Nós estamos,  
78 realmente, no processo de recomposição das câmaras. Foram publicadas  
79 todas as deliberações COPAM que têm as composições das câmaras, tanto  
80 das câmaras antigas, as URCs, quanto das novas Câmaras Temáticas que

81 vão ser criadas; as Câmaras Técnicas. Nós já temos duas Câmaras Técnicas:  
82 a Câmara de Energia e Mudanças Climáticas e a CPB, que é a Câmara de  
83 Proteção da Biodiversidade. Nós estamos criando novas cinco câmaras, que,  
84 pelo decreto do COPAM, vão ser as responsáveis por julgamento dos  
85 processos classes 5 e 6. Só que para fazer a composição, além publicação da  
86 deliberação COPAM, que fala quais são as entidades que vão compor as  
87 câmaras, tem três categorias que necessitam de processo eletivo, que são a  
88 categoria das universidades, a categoria das ONGs e a categoria das  
89 entidades de classe. Então nós temos que fazer um processo eletivo para  
90 eleger quem vai ser os representantes. Nós temos um edital de processo  
91 eletivo bastante avançado. Só que, da mesma forma que o movimento de  
92 greve atingiu as Suprams e o licenciamento, atingiu o Sisema como um todo,  
93 não apenas as Suprams. Então nós também estamos com uma capacidade  
94 muito reduzida de trabalho na Cidade Administrativa. Então nós preferimos  
95 adiar um pouco, porque, a partir do momento em que nós lançarmos o edital,  
96 são vários processos eletivos, e, como os servidores estão de greve, nós não  
97 temos capacidade de processar os resultados. Então em virtude da greve, nós  
98 preferimos, achamos mais prudente, adiar um pouco a liberação do edital do  
99 processo eletivo, por conta da nossa capacidade de processamento depois.  
100 Assim que se resolver essa questão da greve, acredito eu, como já está  
101 avançado, logo em seguida deve ser publicado o edital.” Conselheiro Geraldo  
102 Antunes da Conceição: “Quanto a essas duas câmaras que já estão atuando,  
103 na verdade, a CPB já é uma câmara antiga. Essa de Mudanças Climáticas já  
104 está na composição nova da lei. Eu não digo com relação à CPB, porque já  
105 tinha uma composição, e lá estavam representados todos os setores, mas, na  
106 Câmara de Mudanças Climáticas, como está essa composição?” Presidente  
107 André Luis Ruas: “Saiu um decreto de transição da estrutura do Sisema, que  
108 fala que a composição permanece a mesma. E acontece que o mandato dos  
109 conselheiros do último triênio vencia, salvo engano, neste mês ou no mês que  
110 vem. Só que no decreto fala que o mandato está, automaticamente,  
111 prorrogado até que saia a eleição dos novos conselheiros. Então todos os  
112 conselheiros do COPAM tinham mandato até o mês que vem; é um triênio.  
113 Segundo a nova lei, vai ser um biênio o mandato. Só que o decreto de  
114 transição fala que permanece como está a composição das câmaras, inclusive  
115 a competência das URCs de continuarem julgando os processos de  
116 licenciamento, até que saia a composição das novas câmaras.” Conselheira  
117 Paula Meireles Aguiar: “Eu tenho só três comentários. Primeiro, agradecer  
118 pelo livro, lindíssimo, da Serra da Moeda. Segundo, eu trouxe alguns  
119 exemplares aqui de um manual que foi feito, em parceria da Fiemg com a  
120 FEAM, sobre a questão do aproveitamento de água de chuva. É uma questão  
121 recorrente, que foi trazida pelo Ministério Público, foram feitas sugestões, e  
122 nós até passamos a incorporá-las. De fato, foi muito baseado em cima disso,  
123 da proposta que foi feita, da importância que foi dada para essa questão. Nós

124 temos que agradecer demais à FEAM, pois, sem a parceria dela, com todo o  
125 conhecimento técnico, não seria possível. É um manual inicial, mas eu acho  
126 que serve para despertar, para orientar sobre como cumprir essa questão, e  
127 eu acho que mostra também que, quando nós fazemos algo em parceria, seja  
128 com a FEAM, seja até através das sugestões, e realmente acreditando  
129 naquilo, o resultado é mais efetivo. Está no site da Fiemg esse manual, e eu  
130 vou trazer também, mas queria agradecer, desde já, ao Ministério Público e à  
131 FEAM. Por fim, com relação à não realização da URC, eu só vou só fazer um  
132 comentário. Nós temos um processo, então, basicamente, está bastante  
133 reduzida. É um processo que já tinha um parecer favorável, e existe a  
134 previsão na legislação de, tendo parecer favorável e urgência, e nesse caso  
135 de não se ter reunião e havendo a necessidade – quase sempre há – do  
136 empreendedor de obter a licença, existe o instrumento do ad referendo. E eu  
137 acredito que não é o mais recomendável instrumento que deva ser utilizado,  
138 priorizado. Então a não realização da URC vai implicar a concessão de muitas  
139 situações de licenças ad referendo, o que eu acho que não inteligente. Então  
140 vamos aproveitar que temos poucos processos e tempo para discutir tudo, o  
141 que nós conselheiros sempre fizemos e não podemos quando existe uma  
142 pauta muito grande. Eu acho que é importante manter dentro da possibilidade  
143 dos processos que estão prontos, informando que a não realização pode ter  
144 um prejuízo até para nós, para o meio ambiente, para os processos.”

145 Presidente André Luis Ruas: “Senhores conselheiros, eu não sei se  
146 perceberam, mas na pauta tanto da URC Paraopeba quanto da URC Rio das  
147 Velhas hoje nós só temos um retorno de vista ou os processos como no caso  
148 do PIB de Betim, que na verdade já era retorno de vista da reunião passada e  
149 que não foi julgado porque não houve tempo. Então foi retirado de pauta.  
150 Então pelo que eu percebo, a pauta de hoje, tanto do Velhas quanto do  
151 Paraopeba, é só dos processos do mês passado que, por algum motivo, ou  
152 foram pedidos vista ou diligência ou não foram julgados. Então não temos  
153 processos novos, é isso que eu estou querendo dizer. Então o próprio  
154 movimento de greve, querendo ou não, está fazendo efeito. Algumas URCs  
155 não estão tendo reunião também, mas muitas vezes é por falta de processos.  
156 Então corremos o risco de, no mês que vem, não termos a URC, a não ser  
157 que a greve acabe. A greve é ruim para todo mundo, para os próprios  
158 servidores também é uma situação ruim; os servidores querem chegar a uma  
159 solução. Espero que a greve não se estenda tanto, seria bom para todos os  
160 lados. Mas, se se estender demais, corremos o risco, até por falta de  
161 processos, de não termos a reunião do mês que vem também.”

162 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Primeiro, parabenizar a Gerdau pela elaboração  
163 do livro. Eu já tinha recebido no Ministério Público, ficou excelente mesmo, e  
164 vou até sortear para o pessoal acadêmico, porque acho importante passarmos  
165 esse conhecimento adiante. Parabenizar a Paula, o esforço pessoal da Paula,  
166 mas de toda a Fiemg também na elaboração desses manuais. Tanto na

167 gestão sustentável de empreendimento quanto para licenciamentos, os  
168 manuais da Fiemg sempre são muito bons, muito didáticos, e o fato de  
169 estarem absorvendo discussões deste Conselho mostra não só um  
170 amadurecimento de todas as instituições, mas que nós realmente, com um  
171 trabalho de formiguinha, processo a processo, vamos mudando a política  
172 pública, ajudando a construir padrões melhores de sustentabilidade. Em  
173 relação a um comunicado individual meu, é um convite aos senhores.  
174 Amanhã, vai ter, às 9h, na sede do Ministério Público, uma audiência pública  
175 para discutir projetos de lei para melhoria da segurança de barragem no  
176 Estado de Minas Gerais. Então para todos os senhores que participam  
177 diariamente dos procedimentos de licenciamento é importante participar da  
178 discussão, contribuírem na audiência pública. Então eu estendo o convite aos  
179 senhores e a todos os presentes. Por fim, em relação à realização ou não das  
180 URCs. Eu vejo só com preocupação e até queria esclarecimento da equipe da  
181 SEMAD se nós vamos ter equipe técnica para responder questionamento em  
182 relação aos pareceres de vista. Pelo menos, o meu hoje, do Distrito Industrial  
183 de Betim, embora seja um procedimento razoavelmente tranquilo, implica  
184 vários questionamentos técnicos que eu apresentei no parecer. E eu só me  
185 sinto seguro para votar se eles forem respondidos.” Presidente André Luis  
186 Ruas: “Respondendo ao questionamento do conselheiro Mauro, mesmo no  
187 movimento de greve as Suprams estão mantendo um mínimo de atendimento.  
188 Mesmo se algum técnico do processo, por acaso, tenha aderido. Nesse  
189 processo específico, por exemplo, nós ainda temos os diretores, tanto jurídico,  
190 quanto o técnico, aqui presente, e eles podem tentar fazer os  
191 esclarecimentos. Então o que eu proponho é que façamos a reunião, porque  
192 eles também assinam o parecer junto com a equipe técnica e podem prestar  
193 os esclarecimentos necessários.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch:  
194 “Desde que haja gente com expertise técnica para responder, porque a falta  
195 de resposta a esses questionamentos ou eventuais outros que os  
196 conselheiros levantarem pode implicar nulidade dos procedimentos. Então  
197 querendo adiantar nós vamos estar, às vezes, atrasando e tendo que refazer  
198 tudo de novo.” Conselheiro Marco Antônio da Silva: “Eu fiz uma proposta aos  
199 conselheiros de suspensão dos trabalhos. Alguns conselheiros se  
200 manifestaram, mas nem todos se manifestaram. Eu gostaria, em função ao  
201 clamor público, às pessoas que reclamam no interior e na capital, pela  
202 situação precária em que vem funcionando a Secretaria, eu insisto em colocar  
203 em votação para os conselheiros, pela suspensão do trabalho até que o  
204 governo se manifeste a respeito do movimento grevista.” Presidente André  
205 Luis Ruas: “Eu até peço desculpas. Eu não coloquei em votação porque só  
206 teve um contrário. O regimento, a DN 177, fala que, uma vez tendo quorum na  
207 reunião, mesmo caso algum conselheiro queira se ausentar após o início da  
208 reunião, é um direito dele. Então fica confortável para todos os conselheiros  
209 caso queiram atender a esse clamor do conselheiro Marco, da Arpa. Nós

210 vivemos numa democracia, e poderiam levantar e sair normalmente. Como  
211 houve poucas manifestações favoráveis, eu entendo que nem deveria colocar  
212 em votação, porque eu não posso obrigar os outros conselheiros a não  
213 participar da reunião.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Mesmo que se  
214 coloque em votação, e ganhe a votação, basta um conselheiro ficar, que a  
215 reunião vai continuar. Nós podemos votar, mas, mesmo sendo vencida, eu  
216 vou ficar aqui, e o regimento dá autorização para que continue a reunião. Por  
217 isso, eu acho que não deve ser colocado em votação. Cada um tem o direito  
218 de se manifestar, de se levantar. Como o Mauro falou, se entender que as  
219 informações foram insuficientes, aí, sim, ele pode falar ‘entendo que deva  
220 baixar o processo’, e não votar.” Conselheiro Marco Antônio da Silva: “A  
221 questão não é permanecer aqui, a questão que se busca é o entendimento  
222 dos conselheiros em analisar essa situação, que é grave. É uma situação em  
223 que os técnicos estão parados, o atendimento é precário. A pessoa chega  
224 aqui às 5h da manhã e sai às 17h. Isso é um absurdo. Não é dado o suporte  
225 técnico necessário. A Secretaria funcionando com todo o seu efetivo já tem as  
226 suas carências, que são até a justificativa do movimento grevista. Se for o  
227 meu entendimento, eu vou me abster das decisões, mas o Conselho não pode  
228 ficar dando soluções precárias para o Estado, contribuindo com soluções  
229 pontuais, enquanto a situação geral está precária e não oferece segurança.  
230 Então é por isso que eu insisto na votação, também em apoio e em respeito a  
231 esses funcionários, que não estão tendo a resposta do governo que  
232 mereciam. É por isso que eu insisto nessa colocação em votação aqui, de  
233 suspensão das atividades até que o governo se movimente com relação ao  
234 movimento grevista, inclusive ouvindo os funcionários, para que se dê uma  
235 solução rápida para isso.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Eu  
236 tenho que reconhecer a importância do pedido do Marco, em função até de  
237 apoio ao movimento grevista, em respeito aos funcionários e a todo o corpo  
238 técnico, mas tenho que colocar a minha discordância, porque a sociedade  
239 também cobra do Conselho a sua responsabilidade. E hoje nós temos uma  
240 pauta mínima, mas já é o terceiro mês seguido que o empreendedor vem  
241 acompanhar o desenrolar desse processo. Então com todo o respeito também  
242 aos funcionários efetivos que estão trabalhando, que têm cargo de direção, e  
243 existem funcionários também que são contratados e que continuam  
244 trabalhando, inclusive técnicos, analistas, que estão trabalhando e têm sua  
245 responsabilidade e têm os processos que poderão ser encaminhados para a  
246 deliberação deste conselho. Eu sei que é importante, mas a sociedade  
247 também nos cobra essa responsabilidade. Eu quero aqui dizer que não estou  
248 contrariando o pedido, mas tenho que trazer também o outro lado da moeda,  
249 essa nossa responsabilidade. Então a minha posição é que o Conselho  
250 permaneça.” Conselheiro Nicolaas Leonardus Maria de Knegt: “Em relação a  
251 esse apelo do colega, eu teria a dizer o seguinte. Um recado que nós  
252 poderíamos estar mandando por essa situação é que ninguém ouve

253 realmente os servidores. O governo, de uma forma geral, quer resolver as  
254 coisas pontualmente, e enquanto isso a urgência dele é a urgência que lhe  
255 convém. Eu queria também mais responsabilidade, porque é assim, os  
256 professores entram em greve, ninguém da administração pública quer  
257 conversar com eles, não conversam, os alunos ficam sem aula, e agora a  
258 história vem se repetindo dessa forma. Então eu acho que não é o caso de  
259 sairmos daqui sem votar, realmente também o empresário não tem total culpa,  
260 mas eu acho também que eles poderiam demonstrar um apoio maior à classe  
261 dos servidores e ajudar a organizar. Inclusive, que o Executivo continue  
262 funcionando de forma a atendê-los também de uma maneira boa. Então eu  
263 vejo que, quando se trata de uma coisa específica de uma determinada  
264 indústria, vem pressão de todo lado. Agora, por que a indústria não pressiona  
265 os políticos a manterem as instituições com as verbas que lhe seriam  
266 destinadas e também nas nomeações que acontecem. Então nesse ponto eu  
267 estou totalmente de acordo quanto a essa inércia, porque nós não podemos  
268 ficar esperando, o país não pode ficar esperando até que os políticos façam  
269 acordo disso, acordo daquilo, conclusos e outras coisas mais. O meu voto não  
270 seria para que nós parássemos totalmente, mas que constasse uma  
271 declaração de que nós não estamos satisfeitos com isso e que nós estamos  
272 chamando a sociedade, o Conselho, os secretários para resolver esse  
273 problema e outros do nosso sistema político, que está totalmente engessado.”  
274 Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Eu agradeço a manifestação, é até uma  
275 oportunidade para nós colocarmos. Primeiro, deixar claro que a Federação  
276 das Indústrias não tem a capacidade legal de resolver uma greve,  
277 infelizmente, porque nós não podemos tratar diretamente com os servidores,  
278 isso é uma decisão do Estado. Mas, diferente do que foi colocado pelo  
279 senhor, nós temos feito muita pressão, inclusive, diretamente ao governador  
280 do Estado. E a pressão não é única e exclusivamente para acabar com a  
281 greve, é para acatar todas as demandas dos servidores. É bem diferente.  
282 Então o nosso presidente já esteve com o governador. Se isso pode ser  
283 chamado de pressão política, como o senhor colocou, sim. E muito mais do  
284 que isso, já trouxemos várias propostas de alternativas, como contratação de  
285 terceiros, implantação digital, implantação de software, parceria com  
286 universidade, parceria com fundações, parceria com centros tecnológicos.  
287 Tudo o que puder nós estamos colocando não só de agora, mas desde a  
288 época da ‘greve branca’. E nós nos disponibilizamos. Na época,  
289 disponibilizamos tudo o que foi possível, mas, infelizmente, não podemos ir lá  
290 e pagar o servidor, até porque aí, sim, nós estaríamos indo além da nossa  
291 competência, iniciando todo um processo. Então eu não acho correto falar que  
292 o setor industrial não fez nada, mesmo porque nós somos os maiores  
293 interessados e seria muita estupidez da nossa parte não fazer nada. Mas,  
294 infelizmente, não cabe ao presidente da Fiemg acabar com a greve. Eu  
295 garanto que, se coubesse a ele, já tinha acabado, porque ele recebe

296 reclamação o dia inteiro. Então já estivemos com ‘n’ deputados, com o  
297 governador. Agora, realmente, nós ficamos limitados, pois isso depende de  
298 uma ação do poder público. Nós já oferecemos nossos esforços, capital,  
299 recursos humanos, tudo o que se imaginar, dentro da legalidade, obviamente.  
300 Mas, infelizmente, não cabe a nós, porque, se coubesse, nós já tínhamos  
301 terminado. Então eu agradeço essa oportunidade de falar em nome da Fiemg.  
302 Isso já foi externado aos próprios servidores. Eu estive com eles, e nós  
303 tentamos colocá-los para conversar com o presidente Olavo, e na mesma  
304 hora ele falou ‘eu estou indo agora ao governador levar as demandas’. Ele  
305 conversou diretamente com o secretário adjunto, e pelo celular ele esteve com  
306 o governador reiterando. Quando o novo secretário chegou, nós  
307 apresentamos as demandas e nos colocamos à disposição de novo. Agora,  
308 nós dependemos do governo, infelizmente, não depende de nós.” Conselheiro  
309 Amaro Bossi Queiroz: “A PUC é sensível a qualquer demanda social, e a dos  
310 servidores não seria exceção, mas eu não acredito que parar de trabalhar vá  
311 contribuir para o movimento melhorar ou piorar. E nós temos também essa  
312 responsabilidade social, não só com os servidores, mas com toda a  
313 sociedade. Agora, eu concordo com a posição do colega aqui ao lado, se  
314 faltam elementos técnicos para seguirmos, é outra posição. Mas parar por  
315 parar eu não vejo o porquê.” Presidente André Luis Ruas: “Conselheiro Marco,  
316 a questão da votação não teria efeito, porque seria uma votação simbólica.  
317 Como o regimento do COPAM fala, a partir do momento que tem quorum, que  
318 é a maioria simples, a reunião pode continuar, mesmo se sobrar somente um  
319 conselheiro. Então como nós já tivemos quorum, mesmo se votarmos, se um  
320 conselheiro quiser continuar na reunião, não temos como obrigá-lo a não  
321 continuar. A solução, no caso, para não ter reunião, seria se não tivesse  
322 quorum. Aí é uma questão de foro íntimo de cada conselheiro.” Conselheiro  
323 Amaro Bossi Queiroz: “Eu acho que constar em ata a nossa sensibilidade em  
324 relação ao movimento é bacana, não deixa de ser uma força.” Presidente  
325 André Luis Ruas: “Então que fique registrado esse apoio que os conselheiros  
326 estão dando para os servidores. Quanto à questão da continuação, seria uma  
327 votação somente simbólica, porque, se um conselheiro quiser continuar, pelo  
328 regimento, ele tem o direito de continuar, e não podemos obrigá-lo a se retirar.  
329 Para as próximas reuniões, a solução seria, se os conselheiros entenderem  
330 pertinente, não ter quorum. Só que não vir implica falta, e aí também causaria  
331 outro problema aos conselheiros. Mas como já teve pelo menos mais de uma  
332 manifestação favorável à continuidade da reunião, por esse motivo, eu vou  
333 dar continuidade.” **4) EXAME DA ATA DA 96ª REUNIÃO.** Aprovada por  
334 unanimidade a ata da 96ª reunião da URC Rio Paraopeba, realizada em 31 de  
335 maio de 2016, com abstenções dos conselheiros representantes do CBH  
336 Paraopeba, Sede e PUC Minas. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
337 **EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 5.1) Distrito**  
338 **Industrial PIB Betim. Distrito industrial e zona estritamente industrial;**

339 interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto; contorno  
340 rodoviário de cidades com população superior a 100.000 habitantes ou  
341 sistemas viários de regiões metropolitanas ou áreas conturbadas.  
342 **Betim/MG. PA 17566/2010/001/2014. Classe 5. Apresentação: Supram**  
343 **Central Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Mauro da Fonseca**  
344 **Ellovitch, Geraldo Antunes da Conceição e Carlos Alberto Santos**  
345 **Oliveira.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único,  
346 com inclusão das seguintes condicionantes: “Apresentar proposta de  
347 compensação pelas intervenções em áreas de preservação permanente, com  
348 fundamento na Resolução Conama 369/2006, e executar a proposta. Prazo:  
349 apresentação no prazo de 90 (noventa) dias e execução conforme  
350 cronograma da proposta”; “Implementar cinturão verde no entorno da escola  
351 municipal Paulo Monteiro Lara, de forma a mitigar os impactos sonoros e  
352 atmosféricos. Prazo: até a formalização da LO”; “Não contemplar a instalação  
353 de empreendimentos de tratamento térmico de resíduos no entorno da escola  
354 municipal Paulo Monteiro Lara. Prazo: durante a vida útil do empreendimento”;  
355 “Apresentar estudo de dispersão atmosférica do empreendimento,  
356 especialmente em relação à escola municipal Paulo Monteiro Lara. Prazo: até  
357 a formalização da LO”; “Instalar aparelho para monitoramento de material  
358 particulado na área da escola municipal Paulo Monteiro Lara. Prazo: antes da  
359 instalação de qualquer indústria no empreendimento” (condicionante aprovada  
360 por unanimidade, com abstenção do conselheiro João Eustáquio Beraldo  
361 Teixeira); “Preservar e não intervir na totalidade da área verde urbana  
362 decorrente da transformação da Reserva Legal. Prazo: durante a vigência da  
363 licença”; “Realizar o resgate arqueológico do sítio eucalipto, conforme projeto  
364 aprovado pelo Iphan. Prazo: 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data  
365 da autorização do Iphan”; “Projeto de arborização corredor de ipês.  
366 Implementar o plantio das espécies de ipês roxo, rosa e amarelo, bem como  
367 observar o projeto paisagístico do empreendedor para destacar as espécies  
368 citadas acima. Prazo: até a obtenção da LO”. Moção aprovada pela URC. A  
369 Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba aprovou ainda, por  
370 unanimidade, moção à Prefeitura Municipal de Betim nos seguintes termos:  
371 “Que a prefeitura, no âmbito dos processos de licenciamento analisados por  
372 ela, das indústrias que irão se instalar neste distrito industrial, observe todas  
373 as restrições impostas no processo de licenciamento ambiental do Distrito  
374 Industrial PIB Betim.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
375 serem tratados, o presidente André Luis Ruas declarou encerrada a sessão,  
376 da qual foi lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

---

**Presidente André Luis Ruas**